

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIII • Nº 75

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 18 de maio de 2006

Alepe apura denúncias na Usina Santa Terezinha

Trabalhadores reivindicam a posse de terra como pagamento de indenizações trabalhistas

Denúncias de irregularidades no arrendamento da Usina Santa Terezinha, no município de Água Preta, na Mata Sul, foram analisadas ontem em audiência pública, pelas Comissões de Defesa da Cidadania e de Agricultura da Alepe. A posse da propriedade está sendo reivindicada pelos ex-funcionários da usina. Eles alegam terem sido "enganados" por advogados, que, em vez de entregarem a usina aos ex-funcionários, conforme determinou a Justiça do Trabalho como pagamento de indenizações trabalhistas, fizeram o arrendamento sem a permissão deles.

De acordo com Néilton Laurindo, ex-funcionário da Santa Terezinha, os advogados agiram de "má-fé". O trabalhador ainda denunciou que os atuais gestores da usina estão sucateando a unidade ao vender peças para fazer o pagamento dos atuais funcionários e que o grupo, de cerca de 190 trabalhadores, não está recebendo nada pelo arrendamento. Ele informou que denunciou o fato a diversos órgãos, entre eles, o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Justiça de Pernambuco. "Queremos que nossos direitos sejam reconhecidos. Para isso, buscamos o apoio das autoridades. Antes da determinação da posse, os advogados defendiam os trabalhadores, depois, eles passaram a agir contra os operários", afirmou.

Como os atuais gestores da usina não compare-



RINALDO MARQUES

MP - Durante reunião ficou acertado que um relatório sobre a situação será encaminhado ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça do Estado

ceram à reunião, o deputado João Fernando Coutinho (PSB), que propôs a audiência, decidiu formar uma comissão composta por trabalhadores e representantes da Alepe para ir até a propriedade obter esclarecimentos sobre as denúncias e verificar se estava havendo o sucateamento. A co-

Área foi arrendada sem permissão dos 190 agricultores

missão, no entanto, foi proibida de entrar no escritório e visitar a unidade. Os funcionários argumentaram que os proprietários estavam em viagem e não tinham dado permissão para a visita. Eles ainda informaram ao deputado que os empresários entrariam em contato com a Assembléia

para prestar as informações necessárias.

"Vamos aguardar o contato formal, conforme foi anunciado pelos atuais funcionários da usina. Caso ele não seja feito, enviaremos o relatório ao Ministério Público do Estado, à Ordem dos Advogados, à Justiça do Trabalho e à Comum, a fim de que esse processo não pare e, assim, possamos garantir o direito de todos", destacou Coutinho.

Assessores dos deputados Fernando Lupa (PSDB) e Roberto Leandro (PT), presidentes das Comissões de



RINALDO MARQUES

ACESSO - Representantes do Legislativo foram barrados

Agricultura e de Cidadania, também participaram da respectivamente, e da audiência. deputada Ceça Ribeiro (PSB)

Finanças aprova criação do Ceein

Educação indígena deve ganhar reforço no Estado

Foi aprovada, ontem, pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação a criação do Conselho de Educação Escolar Indígena de Pernambuco (Ceein). A reunião contou com a presença da chefe da Unidade de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado, Vera Lúcia Arruda, que considera a proposta uma inovação no sistema brasileiro de ensino. O projeto ainda deve passar por outros três colegiados, antes de ser votado no Plenário.

De acordo com Vera Arruda, a educação escolar indígena precisa respeitar a realidade sociocultural e afirmar a identidade étnica. "O Conselho será formado por membros da sociedade civil, dos povos indígenas e



MOISÉS BARBOSA

AValiação - Colegiado se reuniu com técnicos da área

representantes do poder público. Será um espaço de diálogo voltado para a garantia de uma educação escolar específica e diferenciada para os índios", explicou.

O deputado Sílvio Costa (PMN) considera desneces-

sária a instalação do órgão. "Como educador, acredito que o próprio Conselho Estadual de Educação deveria suprir essas demandas", ponderou. No entanto, ele votou favoravelmente ao projeto.

O deputado Henrique

Queiroz (PP), relator da matéria, lembrou que o Conselho assegura o controle social nas políticas de educação indígena, além de priorizar o tratamento adequado à diversidade cultural.

A Comissão ainda distribuiu cinco proposições e aprovou outras três. Entre elas, o projeto que cria a Organização Militar Estadual (OME). O presidente da Comissão de Finanças, deputado Sebastião Rufino (PFL), ressaltou a importância da reunião. "O projeto da OME cria a 5ª Companhia Independente da Polícia Militar de Gravata, que vai incrementar a política de segurança no Agreste do Estado. Já a instalação do Ceein vai contribuir com a promoção dos direitos dos povos indígenas", analisou.

Leonel Brizola

José Queiroz destaca criação da ULB

Com o objetivo de fomentar a capacitação política de militantes e dirigentes partidários e ministrar cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, foi inaugurada, no dia 6 de abril, em Curitiba, a Universidade Aberta Leonel Brizola (ULB). O deputado José Queiroz (PTD) ressaltou a importância da instituição, lembrando iniciativas pioneiras do ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola no campo educacional.

"Brizola é um exemplo de estadista. Na década de 1960, ele já se preocupava com a inclusão social a partir da educação, por isso, ampliou a rede escolar e fomentou a qualificação dos profissionais", declarou o pedetista. O parlamentar também destacou a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), instituídos por



FERNANDO SILVA

SOCIEDADE - Inclusão

Brizola na década de 1980, no Rio de Janeiro, em parceria com Darcy Ribeiro. "Essa iniciativa que deveria ser seguida por todos os governantes. Se houvesse uma política semelhante atualmente, não teríamos tantos jovens entre 15 e 25 anos de idade sendo tragados pelo crime por falta de opção", declarou o parlamentar.

Ensino Superior

Universidade Democrática gera debate

O lançamento do Programa Universidade Democrática, anteontem, pelo governador Mendonça Filho (PFL), motivou os pronunciamentos dos deputados Adelman Duarte (PFL) e Teresa Leitão (PT). O projeto permitirá que estudantes de escolas públicas das redes estadual e municipal estudem gratuitamente na Universidade de Pernambuco (UPE). A cerimônia de lançamento aconteceu na Escola Estadual Jordão Emerenciano, localizada na UR-2, Ibura, na Zona Sul do Recife, a maior unidade da rede, com quatro mil alunos. Os assunto dividiu a opinião dos parlamentares.

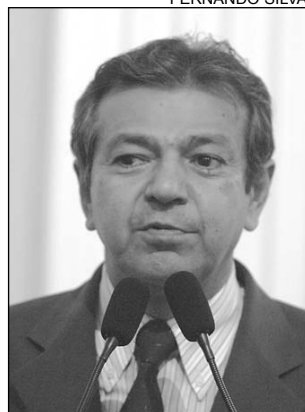
Para a deputada Teresa Leitão, que iniciou o debate, o Executivo conduz a política educacional com "arbitrariedade". "A proposta é positiva, mas deveria estar na pauta de ações do Governo desde o início da gestão Jarbas Vasconcelos (PMDB), a qual Mendonça Filho dá continuidade", enfatizou. De acordo com Te-



TERESA E ADELMO - Opiniões diferentes no Plenário

resa, a população teme que a medida anunciada seja utilizada com fins eleitorais pelo governador-candidato.

"Uma das primeiras ações do ex-governador Jarbas foi tentar privatizar a UPE, única universidade pública do País que não é gratuita. A iniciativa é um absurdo e evidencia os aspectos arbitrários da administração estadual", criticou. A petista declarou que o peemedebista também atropelou as atividades do Fórum Avançado da UPE, que funcionou por dois anos



FERNANDO SILVA

e contou com a participação da deputada, e frisou que o Universidade Democrática é uma cópia do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Governo Federal.

Adelman Duarte, durante o Grande Expediente, ressaltou que a iniciativa do Executivo Estadual beneficiará aproximadamente 6.192 alunos no Interior e mil na Região Metropolitana do Recife. "A medida reflete o interesse do Executivo em atender às reivindicações da população em diversos setores, como

saúde, educação e segurança pública", enfatizou.

Segundo o pefelista, Mendonça Filho tem conduzido bem o Estado e sua gestão se destaca pelo diálogo, prezando pelas questões administrativas, deixando de lado os embates políticos. "A população só tem a lucrar quando um Governo assume o compromisso de administrar com responsabilidade e competência", disse.

Em apartes, vários parlamentares opinaram. Sílvio Costa (PMN) salientou que "Mendoncinha está fazendo tudo o que a Oposição reivindicava e Jarbas não fez". Guilherme Uchôa (PDT) esclareceu que "o papel da Oposição não é dificultar e, sim, colaborar com o Governo." Para Roberto Liberato (PFL), "essa é uma ação importante para o crescimento e desenvolvimento do Estado." Roberto Leandro (PT), Augusto Coutinho (PFL) e Henrique Queiroz (PP) também elogiaram o programa educacional.

Aula de Cidadania



FERNANDO SILVA

Alunos da Escola Municipal André Cesário de Albuquerque, da cidade de São Vicente Férrer, na Zona da Mata Norte, participaram, ontem, do Projeto Conhecendo a Assembléia Legislativa de Perto. Os estudantes tiveram a oportunidade de visitar o Palácio Joaquim Nabuco, assistir a uma Aula de Cidadania ministrada pelo deputado Antônio Moraes (PSDB) e observar como funciona o Poder Legislativo. Segundo Moraes, que convidou a escola, a intenção é mostrar aos jovens que a Casa é aberta a todos. "É importante termos adolescentes formadores de opinião e que possam divulgar o que aprenderam na Alepe", destacou. A diretora da escola, professora Janete Santos Sousa, que acompanhou os estudantes, salientou que o projeto transformará seus alunos em "agentes multiplicadores". No Plenário, os alunos também foram saudados pelos deputados Raimundo Pimentel (PSDB) e José Queiroz (PDT).



MOISÉS BARBOSA

IDÉIA - Área destinada ao Projeto Encanta Moça e empreendimentos imobiliários

Retirada do aeroclube divide opiniões

Administração Pública promoveu audiência

O projeto do Governo do Estado de retirar o Aeroclube de Pernambuco do Pina e de reurbanizar o local com finalidade imobiliária foi discutido em audiência pública, ontem, na Comissão de Administração da Alepe. Representantes de entidades de defesa do meio ambiente se posicionaram contra a medida.

O terreno onde funciona o aeroclube possui 23 hectares. Com a iniciativa, 55% da área será ocupada pelo Parque Encanta Moça, e os outros 45% ficarão reservados ao empreendimento imobiliário.

O representante da Associação de Moradores e

Amigos do Recife (AMA-Recife), José de Brito, afirmou que a proposta compromete o ecossistema da Reserva Encanta Moça. A AMA propôs a incorporação da área em benefício da população e da conservação ambiental. Na opinião dele, um espaço menor poderia ser utilizado na construção de conjuntos habitacionais para abrigar famílias pobres que residem nas proximidades.

O pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco Clóvis Cavalcanti, também presente à audiência, acredita que "é possível realizar projetos em benefício da população sem destruir o meio ambiente". Ele destacou que

a área abriga o último estuário do Recife.

O presidente do colegiado, deputado José Queiroz (PDT), considerou que o objetivo da audiência em ouvir opiniões de entidades de defesa do meio ambiente foi alcançado. "Nesse primeiro encontro, debatemos com as instituições. No próximo, discutiremos com representantes do Governo e da Prefeitura Recife uma proposta que não prejudique o ecossistema", informou. Também participaram do encontro o deputado Nelson Pereira (PCdoB), representantes do Centro Josué de Castro e da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan).

Agreste

Alf defende toyoteiros

FERNANDO SILVA

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa realizará, na próxima sexta-feira (19), às 10h, em Surubim, no Agreste, mais uma audiência pública para debater a regularização do tráfego de toyoteiros entre o Interior e a Capital. O anúncio foi feito, ontem, pelo presidente do colegiado, deputado Alf (PTB), que defende a reformulação da Portaria nº 509/05, expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran), regulamentando o transporte. "Espero que o Governo atenda ao apelo dos toyoteiros", frisou.



ECONOMIA - Sob ameaça

Segundo o parlamentar, a medida reduz o número de passageiros desses veículos de 12 para nove. "A portaria é um contrassenso, pois, ao mesmo

tempo que regulariza o transporte, permitindo o alongamento do chassi das Toyotas, reduz o número de ocupantes", explicou, acrescentando que a iniciativa causa prejuízos à economia da região. Alf explicou que as Toyotas beneficiam cerca de 38 municípios do Agreste.

A primeira audiência pública para tratar do assunto aconteceu no último dia 30 de março, no Plenário da Assembleia, e reuniu técnicos, representantes do Detran e da Associação Regional dos Toyoteiros de Pernambuco, entre outros.

Mobilização

Pimentel apóia profissionais de enfermagem

FERNANDO SILVA

Os técnicos e auxiliares de enfermagem, que realizam protesto nacional, receberam o apoio do segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Raimundo Pimentel (PSDB). A categoria pede a redução da carga horária de trabalho para 30 horas semanais. "Como profissional de Saúde, registro minha solidariedade a esses trabalhadores, que somam o número expressivo de 30 mil pessoas no Estado, devidamente regulamentados e em plena atividade", enfatizou.

Para Pimentel, a reivindicação da categoria é válida, pois o técnico e o auxiliar de enfermagem são os mais próximos aos pacientes e necessitam de melhores condições de trabalho. O tucano registrou que o deputado Isaltino Nascimento (PT) também apóia a solicitação dos trabalhadores.

De acordo com o segundo vice-presidente, a Assembleia não pode intervir no anteprojeto de lei que está sendo avaliado pelo Governo Federal e



PIMENTEL - Reivindicação depende do Governo Federal

contém os pedidos da ca-

Categoria quer redução da carga horária de trabalho

tegoria, como foi solici-

tado. "Não podemos interferir no processo, pois ele está sendo conduzido pela União e é legalmente inconstitucional tratarmos de matérias relativas a outras esferas de Governo", esclareceu. O anteprojeto elaborado pelos trabalhadores expõe as funções e responsabilidades dos técnicos e auxiliares de enfermagem, além das reivindicações detalhadas por melhores condições de trabalho.

PLENÁRIO

Feira de Boa Viagem

Os 40 anos da Feira de Arte e Artesanato de Boa Viagem, no Recife, foram registrados, ontem, pelo deputado Augusto Coutinho (PFL). O parlamentar saudou a todos os que compõem a feira e disse que a data, comemorada no próximo dia 23, será registrada na Câmara Municipal por meio de uma sessão solene proposta pela vereadora Priscila Krause (PFL). O evento acontece no dia 26. "A feira é um ponto de referência para os turistas que passam pela Capital", frisou.



Código da Vinci

O artigo do historiador José Ricardo de Souza, publicado ontem na Folha de Pernambuco, foi tema do discurso do deputado Antônio Moraes (PSDB). O texto se refere à polêmica criada em torno do livro *O Código da Vinci*, que, no próximo dia 19, estreia em versão cinematográfica. Para o parlamentar, as questões levantadas pelo *best seller* sobre a vida de Jesus Cristo e outros aspectos da Igreja Católica "não podem ser levados em consideração por tratar-se de uma obra de ficção". "É um romance muito ruim que só procura disseminar dúvidas sobre o Catolicismo, a partir de argumentos sem fundamento", declarou Moraes.



Itamaracá aguarda saída de presídios

Uchôa cobra decisão do Governo Estadual

A saída do complexo prisional da Ilha de Itamaracá foi, mais uma vez, debatida, no Plenário. Ontem, o deputado Guilherme Uchôa (PDT) denunciou que, apesar de o Governo do Estado anunciar, há cerca de seis meses, a retirada dos presídios da região, até agora, nada fez para a desocupação das unidades. "Em vez de providenciar a transferência dos presos para outros locais, o Governo está ampliando a capacidade da Penitenciária Agroindustrial São João (PAI) para os detentos do regime semi-aberto", informou, acrescentando que serão 360 novas vagas para presos enquadrados na Lei de Crimes Hediondos.

De acordo com o parlamentar, só com a saída do complexo prisional será possível o desenvolvimento da Área Metropolitana Norte. "Em 2005, quando o então secretário estadual de Defesa Social, João Braga, anunciou que o Estado tinha um projeto para a retirada dos presídios, incluindo a venda dos terrenos para empresas de turismo, foi um alívio", disse, acrescentando que, com o passar do tempo, a alegria se transformou em frustração para os moradores. No último dia 13, populares



TURISMO - Litoral Norte precisa de investimentos

bloquearam a Ponte Getúlio Vargas, que liga Itapissuma a Itamaracá, para exigir o fechamento das unidades correcionais.

A deputada Ceça Ribeiro (PSB) lembrou que a Assembleia aprovou uma lei, permitindo a venda de um quarto da área de Itamaracá. "Não dá para entender como o Governo coloca a venda oito áreas, dentre elas, três que comportam três presídios, e continua fazendo investimentos, inclusive em alojamento para a Polícia Militar", argumentou, repudiando o tratamento dado pelo Executivo Estadual ao Litoral Norte.

Henrique Queiroz (PP) informou que, em breve, o

governador Mendonça Filho (PFL) anunciará a criação do pólo turístico na região, que será implantado com a desativação dos presídios. "Será um fato histórico e muito importante para a região e para o turismo de Pernambuco", afirmou.

PODER JUDICIÁRIO - Uchôa também rebateu o deputado Pedro Eurico (PSDB). Durante pronunciamento, anteontem, o tucano criticou o Judiciário no episódio dos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo. "O Judiciário não é um poder fraco. É um Poder forte, independente e, sobretudo, sabe cumprir a lei. Se existe afrouxamento é da legislação penal", frisou.

Aplausos

José Delgado toma posse na ABLJ

O deputado Geraldo Coelho (PFL) solicitou, ontem, um Voto de Aplausos para o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) José Delgado, que tomou posse, na última segunda, como membro efetivo da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ), no Rio de Janeiro. "Ocupar uma cadeira na Academia do saber jurídico brasileiro não é obra do acaso, mas, sim, de uma vida devotada ao estudo como uma condição moral", frisou.

O pefelista, que participou do evento, registrou o



COELHO - Elogios

apreço que a comunidade jurídica tem pelo ministro,

autor de mais de 200 artigos publicados em revistas da área de Direito. "Uma das últimas facetas foi publicar, na *Coleção Comentários*, a interpretação dos artigos 757 e 853 do novo Código Civil Brasileiro", ressaltou.

De acordo com Coelho, essa é a 9ª instituição acadêmica que recebe o ministro como membro. A penúltima foi a Academia Brasileira de Direito Tributário. O pefelista ainda lembrou que Delgado recebeu o Título de Cidadão de Pernambuco por meio de proposta de sua autoria.

Emancipação

Liberato lembra aniversário de Caruaru

A passagem dos 149 anos de Caruaru, comemorados hoje (18), foram lembrados mais uma vez na Assembleia. Ontem, o deputado Roberto Liberato (PFL) ressaltou a importância da cidade no cenário econômico do Estado. "O desenvolvimento acelerado do município, que é o maior centro industrial, comercial, educacional, cultural e de saúde do Agreste, deve-se à gestão empreendedora do prefeito Tony Gel (PFL), com o apoio do Executivo Estadual", enfatizou. De acordo com o parlamentar, desde o dia 12, a cidade está em festa e a Prefeitura Municipal deu início a uma série de eventos comemorativos ao aniversário.

O pefelista informou que os caruaruenses participaram de diversos eventos culturais e esportivos, shows musicais, e três escolas municipais foram entregues à população, após reformas e ampliações, nos bairros do Cedro, Indianópolis e Santa Rosa. Liberato destacou a formação de uma comissão especial, composta por 25 represen-



PROGRAMAÇÃO - Deputado citou eventos da Prefeitura

tantes de várias entidades de classe, que apresentará sugestões para a organização dos festejos dos 150 anos, comemorados em 2007. "O importante é que essas pessoas integram e conhecem bem a história do município", destacou.

Liberato registrou o lançamento oficial do projeto executivo do *Maior e Melhor São João do Mundo*, que acontece de 6 de junho a 1º de julho próximos. "Ainda dentro das comemorações, hoje à noite (ontem), os cantores Tião Cavalcante e Neemias se apresentarão na Praça da Conceição. Paralelamente, no

Teatro do Sesc, estará sendo exibido o documentário *Paixão de Cinema, Vida e Obra de Fernando Spencer*, um dos ícones do cinema pernambucano", informou.

Hoje, dia do aniversário do município, as comemorações começam às 8h, no Marco Zero da cidade, com a apresentação das bandas Musical, Nova Euterpe e Comercial, que tocarão os Hinos de Caruaru e Nacional. Às 14h, começa a concentração para a Caminhada pela Vida, promovida pelo Instituto do Câncer Infantil de Caruaru. A festa prossegue ao longo do dia.

Justiça

Defensores públicos recebem homenagem

A dificuldade de acesso à Justiça por parte da população mais carente e o trabalho dos defensores públicos no sentido de minimizar tais dificuldades foram destaques do discurso do deputado Betinho Gomes (PPS), na tarde de ontem.

O Dia Nacional dos Defensores Públicos, que será comemorado no próximo dia 19, foi lembrado por Betinho. Ele destacou a atuação dos defensores públicos junto às comunidades carentes. "Com a recriação da Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado, os defensores públicos passaram a exercer, de fato, seu traba-



BETINHO - Destaque para importância da categoria

lho", declarou o parlamentar.

As reivindicações da categoria também foram ressaltadas. "Apesar das dificuldades, esses profis-

sionais vêm fazendo um grande trabalho, garantindo um dever do Estado, que é proporcionar o acesso de toda a população à Justiça".

Ordem do Dia

Quadrágésima Sétima Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 18 de maio de 2006, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Projeto de Lei Ordinária nº 1294/2006
Autor: Poder Executivo

Concede Pensão Especial mensal, no valor de hum mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos a Laudicéia da Silva Santos e Angelica Oliveira dos Santos, viúva e filha menor de José Carlos Oliveira dos Santos, ex-3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, promovido *pós-mortem* à graduação de 2º Sargento BM, a contar de 18 de novembro de 2003.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 2ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/4/2006.

Discussão Única da Indicação nº 5466/2006
Autor: Dep. Ricardo Teobaldo

Apelo ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar Nordeste no sentido de determinar providências administrativas e técnicas a instalação de telefones públicos na localidade de Esperança, no município de Limoeiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5467/2006
Autor: Dep. Alf

Apelo ao Governador do Estado no sentido de autorizar o asfaltamento da Estrada da Linha do Alto da Bondade, trecho onde liga o terminal de Alto da Bondade, município de Olinda com a BR 101 Norte, no município do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5468/2006
Autor: Dep. Alf

Apelo ao Presidente da Telemar no sentido de instalar um telefone público na rua Jardim Águas Claras, em Águas Compridas, no município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única da Indicação nº 5469/2006
Autor: Dep. Alf

Apelo ao Superintendente da Regional da Caixa Econômica Federal objetivando a restauração da coberta e consertos necessários da quadra poliesportiva da Associação Pessoal da Caixa Econômica Federal.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única do Requerimento nº 3981/2006
Autora: Dep. Carla Lapa

Voto de Aplauso à Produtora *Página 21*, na pessoa do Senhor Amaro Filho, produtor cultural e da Senhora Luzia Maria da Silva, presidente da *Associação Mulheres de Tejuçupapo*, pela grandiosa e belíssima encenação teatral: *Batalha das Heroínas no Monte das Trincheiras*, realizada em 30 de abril do corrente ano, no município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única do Requerimento nº 3982/2006
Autora: Dep. Carla Lapa

Solicita que o Grande Expediente do dia 12 de junho do corrente ano seja em caráter Especial, com a finalidade de discutir sobre a viabilidade de inclusão de profissionais de Fisioterapia no Programa Saúde da Família - PSF.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única do Requerimento nº 3983/2006
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso ao professor Jaime Gusmão Filho pela publicação do livro: *Pelópidas - O Homem e a Obra*, do qual é organizador e representante dos outros autores, professores.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única do Requerimento nº 3984/2006
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso ao Doutor Petrônio R.G. Muniz pela publicação do livro de sua autoria intitulado: *Operação Arbitr*, a história da Lei nº 9.307/96 sobre a arbitragem comercial no Brasil, lançado em 10 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única do Requerimento nº 3985/2006
Autor: Dep. Betinho Gomes

Voto de Aplauso à Antônio Augusto Ribeiro Reis Junior, o *Juninho Pernambucano*, pela convocação para disputa na Copa do Mundo deste ano, na Alemanha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única do Requerimento nº 3986/2006
Autor: Dep. Geraldo Coelho

Voto de Aplauso ao Serviço Social do Transporte -SEST/SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, de Petrolina, denominado de *Paulo de Souza Coelho* na pessoa do seu diretor, Dr. Marclio Cavalcanti, pela inauguração da sede própria em Petrolina da Unidade Operacional do SEST/SENAT.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Discussão Única do Requerimento nº 3987/2006
Autor: Dep. José Queiroz

Solicita que seja transferida para o dia 7 de novembro do corrente ano a Reunião Solene, marcada para 18 de maio em homenagem aos 15 anos da TV ASA BRANCA, sediada em Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/5/2006

Ata

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2006.

Presidência do excelentíssimo senhor deputado Raimundo Pimentel.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de maio do ano de 2006 (dois mil e seis), às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Antônio Figueirôa, Augusto César, Augusto Coutinho, Betinho Gomes, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Elias Lira, Geraldo Coelho, Guilherme Uchôa, Henrique Queiroz, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquiza, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Marcantonio Dourado, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Raul Henry, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Sebastião Rufino, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Justificaram suas ausências os deputados: Ana Rodovalho, Dilma Lins, Fernando Lupa, João Fernando Coutinho, Malba Lucena, Romário Dias e Sérgio Leite. Encontrando-se as atas das reuniões anteriores. Em seguida, o senhor presidente concede a palavra ao Primeiro secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o senhor presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o deputado Nelson Pereira para registrar acontecimento envolvendo integrantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTTL e grupo armado que a todo custo tentavam intimidar as famílias do acampamento denominado de Irmã Dorothy Stang, localizado na Imbiribeira. Finalizando, cobra providências das autoridades competentes a fim de sanar tal problema. Segue-se com a palavra o deputado Augusto Coutinho que vem apresentar voto de congratulações com a população do município da Pedra por mais um ano de emancipação política-administrativa. Logo após, usa a tribuna a deputada Teresa Leitão para denunciar que professores recém-concursados estão enfrentando longas filas e sendo mal atendidos pelos profissionais de saúde que ali se encontram para proceder com o exame de saúde dos futuros professores. Em seguida, com a palavra o deputado José Queiroz que inicialmente vem se congratular com o povo do município de Caruaru pelos seus cento e quarenta e nove anos de existência. Ao final, critica a administração municipal do prefeito Tony Gel pelos seus desmandos. Por último, ocupa a tribuna o deputado Geraldo Coelho para em breves palavras registrar com grande satisfação a implantação da unidade do

Serviço Social de Transportes (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) no município de Petrolina. Anunciado o Grande Expediente, com a palavra o deputado Pedro Eurico que em longo pronunciamento vem lamentar profundamente o ocorrido recentemente no Estado de São Paulo, onde policiais e agentes penitenciários foram mortos sumariamente por integrantes do crime organizado denominados PCC. Concluindo, elogia a postura do governo de São Paulo que agiu energicamente com relação à punição dos culpados. O orador foi apertado pelos deputados: Roberto Leandro, Augusto Coutinho e Ana Cavalcanti. Logo após, ocupa a tribuna o deputado Alf para em sua oratória comentar com detalhes técnicos a possível criação de uma Secretaria de Turismo pelo governo do Estado de Pernambuco. O orador foi apertado pelos deputados: Geraldo Coelho, Isaltino Nascimento, Raul Henry e Henrique Queiroz. Finalmente com a palavra o deputado Roberto Leandro, último orador inscrito, que em sua oratória vem criticar a empresa Vicunha que depois de passar mais de dez anos no Estado de Pernambuco gozando anistia fiscal fecha suas portas se mudando para o Estado do Ceará, deixando mais de quinhentas famílias desempregadas. O orador foi apertado pelos deputados: Pedro Eurico e Geraldo Coelho. Encerrado o Grande Expediente, o senhor presidente passa à Ordem do Dia. Aberta a discussão em Plenário do Substitutivo nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária nº 802/2004, usa da palavra o deputado Augusto Coutinho (que foi apertado pelo deputado Alf). Encerrada a discussão, é aprovado em segundo turno o Substitutivo nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária nº 802/2004. Em votação é aprovado em segunda discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 927/2005. Submetidas ao Plenário são aprovadas em única discussão as Indicações nºs 5420/2006 a 5452/2006, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos nºs 3958/2006 a 3967/2006. Esgotada a pauta, o senhor presidente despacha à publicação as Indicações nºs 5466/2006 a 5469/2006 de autoria dos deputados: Ricardo Teobaldo e Alf e, os Requerimentos nºs 3981/2006 a 3986/2006 da lavra dos deputados: Carla Lapa, Augusto Coutinho, Betinho Gomes e Geraldo Coelho, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo deputado Betinho Gomes, voto de aplauso ao Senhor Antônio Augusto Ribeiro Reis Júnior, “Juninho Pernambucano”, pela sua convocação para disputar a Copa do Mundo, na Alemanha. Pelo deputado Augusto Coutinho, votos de aplausos: ao doutor Petrônio Muniz pela publicação do livro “Operação Arbitr, a história da Lei nº 9.307/96 sobre a arbitragem comercial no Brasil”, ocorrida no dia dez de maio de dois mil e seis; e ao professor Jaime Gusmão Filho pela publicação do livro “Pelópidas – O Homem e a Obra”. Pela deputada Carla Lapa, dois requerimentos: o primeiro, solicitando que seja realizado um Grande Expediente Especial, no dia doze de junho de dois mil e seis, com a finalidade de discutir sobre a viabilidade de inclusão de profissionais de Fisioterapia no Programa Saúde da Família; e o segundo, voto de aplauso à Produtora Página 21, na pessoa do seu produtor cultural e da Presidente da Associação Mulheres de Tejuçupapo, pela grandiosa e belíssima encenação teatral “Batalha das Heroínas no Monte das Trincheiras”, realizada no dia trinta de abril de dois mil e seis. Pelo deputado Alf, três apelos: o primeiro, ao superintendente regional da Caixa Econômica Federal no sentido de viabilizar a restauração da coberta e consertos da quadra esportiva da Associação Pessoal da referida instituição, no Janga, no município de Paulista; o segundo ao senhor presidente da Telemar, no sentido de que seja instalado um telefone público na Rua Jardim Águas Claras, em Águas Compridas, no município de Olinda; e o terceiro, ao senhor governador do Estado, no sentido de autorizar o asfaltamento da Estrada da Linha do Alto da Bondade, no trecho onde liga o terminal do Alto da Bondade com a BR 101 Norte, no município de Paulista. Pelo deputado Ricardo Teobaldo, apelo ao senhor gerente de Relações Institucionais da Telemar no sentido de viabilizar a instalação de telefones públicos na localidade de Esperança, no município de Limoeiro. Em seguida, o senhor presidente encaminha a Primeira, Terceira, Quinta e Décima Comissões as seguintes proposições: Emendas nºs 01, 02 e 03/2006, do deputado Sérgio Leite, ao Projeto de Lei nº 1290/2006. (Os Projetos de Lei nºs 1305/2006 e 1306/2006 oriundos do Poder Judiciário foram despachados no Expediente da presente reunião, onde constam os respectivos resumos e os encaminhamentos). Faltaram à presente reunião os deputados: Antônio Moraes, Bruno Rodrigues, Manoel Ferreira, Mavial Cavalcanti, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior e Sílvio Costa. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã à hora regimental.

Expediente

QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2006.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 60 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1307/2006 que Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de 03 (três) áreas de imóvel público, mediante prévias licitações, nos termos do artigo 4º, § 1º da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e dá outras providências. Às 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

MENSAGEM Nº 61 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei nº 1308/2006 que Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Universidade de Pernambuco, e dá outras providências. Às 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

PARCERES Nºs 6230, 6231, 6233 E 6234 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1259, 1276, 1278 e 1294, respectivamente. A Imprimir.

PARCER Nº 6232 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela rejeição do Projeto de Lei nº 1277. A Imprimir.

PARCERES Nºs 6235 E 6236 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS oferecendo Redação Final aos Projetos de Lei nºs 802/2004 e 927/2005. A Imprimir.

PARCERES Nºs 6237, 6238, 6239 E 6240 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1259, 1284, 1289 e 1294. A Imprimir.

OFÍCIO Nº 13 - DO PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando em devolução os autógrafos das Leis Ordinárias nºs 13.018, de 04.05.2006; 13.019, de 08.05.2006; 13.020, 13.021 e 13.022, datadas de 10.05.2006. Inteirada.

OFÍCIO Nº 375 - DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO informando a celebração do primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 72/2005 e a liberação do recurso financeiro. À 2ª Comissão e Procuradoria Geral.

REQUERIMENTOS - DOS DEPUTADOS SOLDADO MOISÉS E ANA CAVALCANTI justificando ausências das reuniões plenárias dos dias 17 e 18 de maio de 2006. À Publicação.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR justificando ausência da reunião plenária do dia 17 de maio de 2006. À Publicação.

Solicitações de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADA ANA CAVALCANTI, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença nas reuniões dos dias 17 e 18 de maio de 2006 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Manaus.

Recife, 15 de maio de 2005.

Deputada Ana Cavalcanti

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 17/05/2006

Deputado Raimundo Pimentel
2º Vice Presidente no exercício da Presidência

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO SOLDADO MOISÉS, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensas das presenças nas reuniões dos dias 17 e 18 de maio de 2006 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Manaus.

Recife, 15 de maio de 2006.

Deputado Soldado Moisés

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 17/05/2006

Deputado Raimundo Pimentel
2º Vice Presidente no exercício da Presidência

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença na reunião do dia 17 de maio de 2006 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Brasília.

Recife, 17 de maio de 2006.

Deputado Sebastião Oliveira Júnior

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 17/05/2006

Deputado Raimundo Pimentel
2º Vice Presidente no exercício da Presidência

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca; **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa; **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **4º Secretário**, Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral**, Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral**, Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa**, Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa**, Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos**, Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica**, Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira**, Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial**, Socorro Vilaça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional**, Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa**, Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo**, Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditagem**, Delzuita Alves Viero (Auditora-chefe); **Assistência de Comunicação Social**, Ana Lúcia Lins (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa**, Cláudia Lucena; **Editora**: Andréa Tavares; **Redatores**: Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários**: Isabelle Barros, Diego Gouveia, Flávia da Rosa Borges, Rodrigo Guedes e Zanoni Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail**: dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>



artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença na reunião do dia 17 de maio de 2006 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a João Pessoa.

Recife, 17 de maio de 2006.

Deputado Isaltino Nascimento

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 17/05/2006

Deputado Raimundo Pimentel
2º Vice Presidente no exercício da Presidência

Mensagens

MENSAGEM Nº 061/2006

Recife, 17 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

O projeto de lei ora encaminhado, por intermédio de Vossa Excelência, à exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, objetiva criar, no Quadro Permanente de Pessoal – Magistério Superior, da Universidade de Pernambuco - UPE, 193 cargos públicos de Professor, de provimento efetivo, mediante concurso.

A proposição se dirige a dotar aquela fundação, que já atua na região Metropolitana do Recife, na zona da mata, agreste e sertão, dos meios necessários a ampliar a oferta de ensino superior público no interior do Estado, em cumprimento ao disposto no artigo 189 da Constituição da República.

Os cargos cuja criação se propõe possibilitarão o funcionamento de novos cursos, nas áreas da tecnologia da informação, marketing em moda, enfermagem, fisioterapia e psicologia, a serem ofertados nos campi de Caruaru, Petrolina, Salgueiro e Garanhuns.

A importância da medida, que visa à formação de recursos humanos de qualidade, em nível superior de ensino, necessários ao desenvolvimento do Estado, me induz à convicção de que essa augusta Casa Legislativa haverá de emprestar, ao projeto, a necessária acolhida.

Nesta expectativa, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência, e aos seus dignos Pares, protestos de elevada consideração e distinto apreço.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 17 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
DD. Presidente da Assembléia Legislativa
Nesta

Projeto de Lei Ordinária Nº 1308/2006

Ementa: Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Universidade de Pernambuco, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Ficam Criados, no Quadro Permanente de Pessoal – Magistério Superior, da Universidade de Pernambuco-UPE, cento e noventa e três cargos de Professor, de provimento efetivo.

Parágrafo único. os cargos ora criados serão alocados, pela Universidade de Pernambuco, nos campi de Caruaru, Petrolina, Salgueiro e Garanhuns.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 17 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado.

Às 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

MENSAGEM Nº 062/2006

Recife, 17 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho a elevada apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o projeto de lei, em anexo, que cria, na estrutura administrativa do Poder Executivo, a Secretaria de Turismo e os cargos comissionados e funções gratificadas necessárias a sua atuação.

A proposição se orienta a emprestar tratamento específico ao planejamento, execução, coordenação e controle de atividades inseridas na política pública para a área de turismo, atualmente a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes.

A iniciativa marca a vontade política de destacar o Estado como referência turística, no cenário nacional, consolidando e

incrementando ações específicas nessa área, valendo-se, sobretudo, dos investimentos em infra-estrutura já efetuados no atual governo, visando o máximo aproveitamento da privilegiada localização geográfica de Pernambuco.

O projeto cuida, ainda, de dotar a referida Secretaria de Estado de uma estrutura operacional básica, necessária ao seu funcionamento.

As razões expostas, e a importância da proposição, me induzem à convicção de que se emprestará, ao projeto, o apoio indispensável à sua formalização, para o qual solicito, a teor do contido no artigo 21 da Constituição do Estado, urgência em sua tramitação.

Nessa expectativa, colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência, e aos seus dignos Pares, protestos de elevada consideração e distinto apreço.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 17 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1309/2006

Ementa: Cria a Secretaria de Turismo - SETUR, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica criada, na estrutura administrativa do Poder Executivo, a Secretaria de Turismo- SETUR, como órgão integrante do Núcleo Estratégico da Administração Centralizada, previsto no artigo 10 da Lei Complementar nº. 049, de 31 de janeiro de 2003.

Art. 2º Compete, em especial, a Secretaria de Turismo:
I - Planejar, fomentar e executar a política de desenvolvimento do turismo no Estado;
II - Estimular, apoiar e orientar as atividades de turismo e lazer e de expansão dos investimentos no setor;
III - Planejar e incentivar as parcerias com a iniciativa privada, ações e programas de implantação de empreendimentos estruturadores e fomentadores do turismo no Estado.

Art. 3º Integram a estrutura administrativa básica da Secretaria de Turismo – SETUR:

I - Órgão de Direção Superior:
a) Secretário de Turismo;

II - Órgãos de Apoio e Assessoramento Superior:
a) Chefia de Gabinete;
b) Assessoria;
c) Ouvidoria;

III - Órgãos Operativos:
a) Secretaria Executiva;
b) Gerências Gerais;
c) Gerências;
d) Superintendências;
e) Gestor de Unidade;
f) Gerência Geral da Unidade Executora Estadual do PRODETUR - UEE-PE;

IV - Entidade vinculada:
a) Empresa Pernambucana de Turismo – EMPETUR;

V - Órgãos Colegiados:
a) Conselho Estadual de Turismo de Pernambuco – CONTUR;
b) Comissão Permanente de Licitação.

Art. 4º A estrutura e o funcionamento da Secretaria de Turismo serão detalhados em regulamento.

Art. 5º Ficam criados, no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, os cargos em comissão e as funções gratificadas discriminadas no Anexo Único da presente lei, a serem alocados, por decreto.

Art. 6º Ficam transferidos para a Secretaria de Educação e Cultura as atividades de esportes educativos, atualmente desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes.

Art. 7º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes e a Secretaria de Educação e Cultura passam a denominar-se, respectivamente, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 8º As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO

SECRETARIA DE TURISMO

QUADRO DE CARGOS COMISSONADOS

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO
CDA	Secretário de Estado	01
CDA-1	Direção e Assessoramento-1	01
CDA-2	Direção e Assessoramento-2	02
CDA-3	Direção e Assessoramento-3	02
CDA-4	Direção e Assessoramento-4	04
CDA-5	Direção e Assessoramento-5	01
CAA-1	Apoio e Assessoramento-1	01
CAA-2	Apoio e Assessoramento-2	03
CAA-3	Apoio e Assessoramento-3	02
CAA-4	Apoio e Assessoramento-4	02
CAA-5	Apoio e Assessoramento-5	02
CAA-6	Apoio e Assessoramento-6	01
CAA-7	Apoio e Assessoramento-7	01
TOTAL	-	23

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

FGS-1	Função Gratificada de Supervisão-1	03
FGS-2	Função Gratificada de Supervisão-2	02
FGS-3	Função Gratificada de Supervisão-3	03
FGA-1	Função Gratificada de Apoio-1	05
FGA-2	Função Gratificada de Apoio-2	03
FGA-3	Função Gratificada de Apoio-3	03
TOTAL	-	19

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 17 de maio de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª e 11ª Comissões.

Pareceres de Comissões

Parecer Nº 6237/2006

Projeto de Lei Ordinária nº 1259/2006
Origem: Poder Executivo

Ementa: Cria Organização Militar Estadual – OME, no âmbito da Polícia Militar de Pernambuco, e dá outras providências.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1259/2006, oriundo do Poder Executivo. É encaminhado através da Mensagem N.º 034/2006, datada de 29 de março de 2006, assinada pelo Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, Jarbas de Andrade Vasconcelos.

A presente proposição trata da criação da Quinta Companhia Independente de Polícia Militar (5ª CIPM), com sede no Município de Gravatá, a qual integra o conjunto de Organizações Militares Estaduais (OMES) da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

2. Parecer do Relator

O Projeto de Lei em tela pretende desenvolver a Política de Segurança, mediante reforço de policiamento ostensivo naquele importante pólo turístico interiorano, se prestando ainda como medida de descentralização estratégica do efetivo da Polícia Militar para ampliação do policiamento no Agreste do Estado.

Considerando que a proposição legislativa, ora analisada, não contraria as normas financeiras e orçamentárias, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1259/2006, de autoria do Governador do Estado.

Sebastião Rufino
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária Nº 1259/2006, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 10 de abril de 2006.

Presidente em exercício: Adeldo Duarte.
Relator : Sebastião Rufino.
Favoráveis os (5) deputados: Adeldo Duarte, Antônio Moraes, Augusto César, Henrique Queiroz, Sílvio Costa.

Parecer Nº 6238/2006

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.284/2006
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

Ementa: Cria o Conselho de Educação Escolar Indígena de Pernambuco- CEEIN, e dá outras providências.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei N.º 1.284/2006, de autoria do Governador do Estado José Mendonça Bezerra Filho. Este projeto é encaminhado através da Mensagem N.º 047/2006 de 18 de abril de 2006

A matéria em análise pretende criar o Conselho de Educação Escolar Indígena de Pernambuco - CEEIN, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. Trata-se de um órgão consultivo e deliberativo e de assessoramento técnico sobre as matérias relativas às ações e projetos de educação escolar desenvolvidos junto às comunidades indígenas em Pernambuco.

Segundo a Mensagem Governamental "a presente proposição foi elaborada, conjuntamente com representantes indígenas, com instituições afetas à causa indígena e com o Conselho Estadual de Educação, visando assegurar a participação indígena na formulação das políticas públicas educacionais, possibilitando a instituição de canais facilitadores para a interlocução entre o Estado e o povo indígena, que assegure as necessárias reestruturações e inovações institucionais, gerenciais, pedagógicas, curriculares e normativas no sistema de ensino, face as peculiaridades das comunidades indígenas".

2. Parecer do Relator

A matéria não implica em aumento ou diminuição de receita ou da despesa públicas e nem aborda questões de natureza tributária, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira, orçamentária e tributária.

Fundamentado no exposto e reconhecendo o caráter social da matéria, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de

Finanças, Orçamento e Tributação seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º 1.284/2006, oriundo do Poder Executivo.

Henrique Queiroz
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária N.º 1.284/2006, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 10 de maio de 2006.

Presidente: Sebastião Rufino.
Relator : Henrique Queiroz.
Favoráveis os (3) deputados: Adeldo Duarte, Antônio Moraes, Sílvio Costa.

Parecer Nº 6239/2006

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº. 1.289/2006
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

Ementa: autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica, e dá outras providências.

1. Histórico

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária N.º 1.289/2006, originado do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem N.º 052/2006, de 26 de abril de 2006, assinada pelo Governador do Estado José Mendonça Bezerra Filho.

A matéria pretende autorizar, por um período de quatro anos, a cessão ao Município de Belém do São Francisco do direito de uso do imóvel de propriedade do Estado de Pernambuco, localizado na Rua Coronel Jerônimo Pires, N.º 1411, naquele município.

A cessão considerada deverá operar-se a título gratuito, sendo o imóvel destinado à instalação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS daquele município.

Caberá ao cessionário, a título de encargo, a responsabilidade de dar ao imóvel a destinação prevista como também mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual, respondendo o cessionário por perdas e danos.

Findo o período de vigência da cessão de uso, a renovação para novo período dar-se-á através de lei específica.

2. Parecer do Relator

A cessão de uso do imóvel de que trata encontra-se devidamente justificada e legalmente respaldada, cumprindo as exigências da Constituição Estadual, particularmente do seu artigo 4º, §§ 1º e 2º.

A matéria não implica em aumento ou diminuição de receita ou da despesa públicas e nem aborda questões de natureza tributária, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira, orçamentária e tributária.

Dessa maneira, declaro-me favorável a aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº. 1.289/2006, originado do Poder Executivo.

Henrique Queiroz
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer fundamentado do relator, decide este colegiado pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº. 1.289/2006, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 16 de maio de 2006.

Presidente: Sebastião Rufino.
Relator : Henrique Queiroz.
Favoráveis os (3) deputados: Adeldo Duarte, Augusto César, Sílvio Costa.

Parecer Nº 6240/2006

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº. 1.294/2006
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

Ementa: concede Pensão Especial.

1. Histórico

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária N.º 1.294/2006, originado do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem N.º 055/2006, de 28 de abril de 2006, assinada pelo Governador do Estado José Mendonça Bezerra Filho.

A matéria tem por objetivo conceder Pensão Especial mensal a LAUDICÉA DA SILVA SANTOS e ANGELICA OLIVEIRA DOS SANTOS, viúva e filha menor de JOSÉ CARLOS OLIVEIRA DOS SANTOS, ex-3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

O referido militar faleceu, vítima de acidente em serviço, conforme informações contidas no Ofício nº 1263/05-SPIP do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta de crédito constante do orçamento em vigor conforme classificação a seguir:

29000	- Encargos Gerais do Estado
29010	- Recursos sob Supervisão da Secretaria de Administração e Reforma do Estado
29010.2884629019.230	- Encargos com Inativos e Pensionistas
3.1.90.03	- Pensões
3.1.90.92	- Despesas de Exercícios Anteriores

2. Parecer do Relator

A matéria analisada obedece a legislação pertinente, particularmente no que dispõe a Constituição do Estado de Pernambuco, artigo 100, § § 8º, 9º e 12; bem como o que reza o artigo 134, da Lei N.º 6.783, de 16 de outubro de 1974, em combinação com o artigo 111, e seu parágrafo único, da Lei N.º 10.426, de 27 de abril de 1990

Dessa maneira, declaro-me favorável a aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º. 1.294/2006, originado do Poder Executivo.

Augusto César Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer fundamentado do relator, decide este colegiado pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º. 1.294/2006, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 16 de maio de 2006.

Presidente: Sebastião Rufino.
Relator : Augusto César.
Favoráveis os (4) deputados: Adelmo Duarte, Antônio Moraes, Henrique Queiroz, Sílvio Costa.

Parecer nº 6241

Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2005.
Autor: Deputado Raimundo Pimentel

Ementa: Cria no âmbito do Estado de Pernambuco, o Dia de Pernambuco, em homenagem ao pensamento político e social de Joaquim Nabuco.

Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2005, de autoria do Deputado Raimundo Pimentel, que dispõe sobre a criação no âmbito do Estado de Pernambuco, o Dia de Pernambuco, em homenagem ao pensamento político e social de Joaquim Nabuco.

2. Parecer do Relator

O Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2005, de autoria do Deputado Raimundo Pimentel, que dispõe sobre a criação no âmbito do Estado de Pernambuco, o Dia de Pernambuco, em homenagem ao pensamento político e social de Joaquim Nabuco.

Trata-se de uma justa e oportuna homenagem a este vulto da nossa história política e da cultura pernambucana.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Educação e cultura seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2005, de autoria do Deputado Raimundo Pimentel.

Deputado _____
Relator

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2005.

Sala da Comissão de Educação e cultura, em 17 de maio de 2006.

Deputado ROBERTO LIBERATO
Presidente

Titulares:
Deputado GERALDO COELHO
Deputado SÍLVIO COSTA
Deputada Teresa Leitão

Suplentes:
Deputada Jacilda Urquisa

Parecer Nº 6242/2006

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária nº 1.259/2006
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: A PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE ORGANIZAÇÃO MILITAR ESTADUAL – OME, NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária nº 1.259/2006, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 034/2006, de 29 de março de 2006, para análise e emissão de parecer;

1.2 - A proposição encontra-se tramitando nesta Casa legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa obter autorização deste Poder Legislativo, a fim de criar a Quinta Companhia Independente de Polícia Militar (5ª CIPM), com sede no Município de Gravatá, a qual integra o conjunto de Organizações Militares Estaduais (OMEs) da Polícia Militar do Estado de Pernambuco;

2.2- Conforme a mensagem governamental, a referida iniciativa se justifica na necessidade de incremento da Política de Segurança, mediante reforço de policiamento ostensivo, naquele importante pólo turístico interiorano, se prestando, ainda, como medida de descentralização estratégica do efetivo da Polícia Militar para ampliação do policiamento no Agreste do Estado;

2.3- Ressalta ainda que, por meio de Decreto o Poder Executivo estadual disciplinará a composição da Unidade Militar, objeto da criação em apreço, que será composta por um efetivo de Oficiais e Praças remanejados de outras unidades da Corporação;

2.4- Por fim, o presente projeto de lei estabelece que as despesas decorrentes da sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias;

2.5- Desta forma, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei deve ser aprovado por este colegiado, uma vez que atende ao interesse público, contribuindo com o reforço do policiamento ostensivo no Município de Gravatá, importante pólo turístico do Estado.

Betinho Gomes Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, estamos em que o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.259/2006, de autoria do Poder Executivo, seja aprovado por este Colegiado Técnico.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 17 de maio de 2006.
--

Presidente: José Queiroz.
Relator : Betinho Gomes.
Favoráveis os (2) deputados: José Queiroz, Teresa Leitão.

Parecer Nº 6243/2006

Comissão de Administração Pública
Substitutivo Nº 01/2006, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.265/2006,
Autoria: Deputado Izaias Régis

EMENTA: A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE ACRESCENTA OS ARTIGOS 2º E 3º NA Lei nº 12.215, DE 28 DE MAIO DE 2002, RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2006, APRESENTADO PELA PRIMEIRA COMISSÃO, ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2006, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1.265, de autoria do Deputado Izaias Régis, para análise e emissão de parecer;

1.2- O Substitutivo Nº 01/2006, apresentado pela Primeira Comissão, visa acrescentar os artigos A-1 e B-1 à Lei 12.215, de 28 de maio de 2002.

2. Parecer do Relator

2.1- O presente Substitutivo visa alterar, integralmente, a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.265/2006, acrescendo os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 12.215/2002, que dispõe sobre a comunicação aos consumidores acerca dos impostos pagos sobre mercadorias ou serviços, nos termos do art. 107, §4º, da Constituição de Pernambuco;

2.2- Desta forma, a referida Lei passará a vigorar com o acréscimo dos arts. 1º-A e 1º-B, os quais, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A. A divulgação dos preços deverá ser feita de forma destacada e clara, permitindo que o consumidor diferencie imediatamente o valor da mercadoria, dos valores dos impostos embutidos no preço final.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se somente na exposição pública para venda, inclusive em vitrines e similares.

Art. 1º-B. As notas fiscais emitidas o âmbito do Estado de Pernambuco deverão conter – de forma discriminada e visível – os valores de todas as modalidades de impostos incidentes nas mercadorias e serviços, de forma a deixar transparente ao consumidor o quanto paga por cada um deles.”

2.3- Isto posto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo deve ser aprovado por este colegiado, uma vez que atende ao interesse público, conferindo publicidade às informações referentes aos impostos pagos sobre mercadorias e serviços, o que beneficia os consumidores.

Betinho Gomes Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2006, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.265/2006, de autoria do Deputado Izaias Régis.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 17 de maio de 2006.
--

Presidente: José Queiroz.
Relator : Betinho Gomes.
Favoráveis os (2) deputados: José Queiroz, Teresa Leitão.

Indicação

Indicação Nº 5470/2006

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário, e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO; e a Exma. Sra. Secretário Estadual da Fazenda, Dra. MARIA JOSÉ BRIANO, no sentido de analisarem a possibilidade da isenção do ICMS da apicultura em nosso Estado.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. José Mendonça Bezerra Filho, com endereço no Palácio do Campo das Princesas, Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP 50010-040; e a Exma. Sra. Secretário Estadual da Fazenda, Dra. Maria José Briano, com endereço na Rua Imperial, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-240.

Justificativa

Para garantirmos melhor qualidade de vida às gerações presente e futura é importante o Estado estimular o desenvolvimento de atividades produtivas não poluentes, que não esgotem os recursos florestais e prejudiquem a qualidade de vida e a saúde da população.

Dentre esses estímulos estão os incentivos fiscais criados pelo Estado para atrair investimentos e desenvolvimento através da redução ou até da isenção de alguns tributos. Alguns estados já adotam tais medidas, disponibilizando incentivos fiscais para atividades produtivas sustentáveis. E um dos bons exemplo é a isenção de ICMS para a apicultura aplicada pelo Estado do Pará, através do Decreto n.º 1.597, de 14 de abril de 2005.

Iniciativa semelhante, isenção do ICMS para a apicultura, é o que desejamos com a presente Indicação, motivo pelo qual apelo aos nobres deputados por sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 17 de maio de 2006.

Antônio Moraes Deputado
--

Requerimentos

Requerimento Nº 3987/2006

Tendo em vista o Requerimento de nº 3682/2006, aprovado por esta Casa,peço o adiamento da referida homenagem, para o dia 07/11/2006.

Justificativa

Os Diretores da TV ASA BRANCA, analisando agenda, manifestaram interesse nesta data 07/11/2006, pedindo-nos a devida modificação.

Sala das Reuniões, em 17 de maio de 2006

José Queiroz Deputado
--

Requerimento Nº 3988/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa um VOTO DE APLAUSO para com o Delegado de Polícia Civil do Município de Itambé, Dr. Francisco de Assis Di Lorenzo Serpa, pelo seu empenho e brilhante trabalho que vem desenvolvendo naquele município já há 4 anos, principalmente na área de investigação de crimes contra a pessoa, homicídios com caráter de desovas, cujos índices caíram vertiginosamente após a atuação do competente delegado.

Requeremos ainda, que após os trâmites legais, a presente proposição faça constar por quem de direito na ficha funcional do Delegado de Itambé-PE, Dr. Francisco de Assis Di Lorenzo Serpa, cujo teor é um Voto de Aplauso concedido pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Mendonça Bezerra Filho, com endereço no Palácio do Campo das Princesas, Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP 50010-040; ao Exmo. Sr. Secretário de Defesa Social, Dr. Rodney Rocha Miranda, com endereço na Rua São Geraldo, 111, Santo Amaro - Recife – PE, CEP: 50040-020; ao Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, Cel. PM Cláudio José da Silva, com endereço na Praça do Derby, s/n, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-900; ao Exmo. Sr. Chefe Geral de Polícia Civil, Dr. Djalma José Gonçalves Raposo, com endereço na Rua da Aurora, 405 – Boa Vista, Recife – PE, CEP 50040-090; ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. José Frederico César Carrazzoni, com endereço a Rua Josué de Castro, nº 84 – Centro – Itambé-PE, CEP: 55920-000; ao Exmo. Sr. Gilvan Freire, Venerável Mestre da Loja Maçônica Areópago, com endereço na rua Joaquim Nabuco, nº 17 – Centro, Itambé-PE, CEP: 55920-000 e ao Ilmo. Sr. Delegado de Polícia Civil, Dr. Francisco de Assis Di Lorenzo Serpa, com endereço a rua Joaquim Nabuco, nº 132, Centro - Itambé-PE, CEP: 55920-000.

Justificativa

Temos assistido pela televisão nos últimos dias, que o crime organizado vem aterrorizando estados da federação, como São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais.

A verdade é que todos esses estados, contam com efetivos policiais em grande número além de viaturas e armamentos sofisticados.

No entanto nos parece que está faltando trabalho e comando mais eficazes.

Portanto, queremos nos referir aqui ao que diz respeito a competência policial, analisando-se proporcionalmente as condições dos estados supra mencionados frente ao crime organizado, podemos dizer que o município de Itambé vinha sofrendo dificuldades um tanto complicadas.

Acontece que, de quatro anos para cá, aquela localidade deixou de ser aterrorizada por criminosos da mais alta periculosidade, isso graças ao trabalho de um delegado de polícia civil, por nome de Dr. Francisco de Assis Di Lorenzo Serpa e sua equipe de policiais, indiscutivelmente com a colaboração da briosa Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Mas, o destaque principal da presente proposição vai realmente para o brilhante trabalho desenvolvido no Município de Itambé, pelo competente Delegado Dr. Francisco de Assis Di Lorenzo Serpa.

Entusiasmados com a capacidade profissional do homenageado, pretendemos aqui fazer algumas menções da sua não menos brilhante história de vida.

Nome Completo: Francisco de Assis Di Lorenzo Serpa;
Filiação: Sebastião Salustiano Serpa e D. Francisca Di Lorenzo Serpa;
Data de Nascimento: 26 de janeiro de 1962;
Naturalidade: João Pessoa –PB;

Estado Civil: Casado;
Grauação: Formado em Ciências Jurídicas e Sociais na Paraíba (Direito);

Concursos Públicos realizados: aprovado nos Estado da Paraíba e Pernambuco, para o cargo de Delegado de Polícia Civil;
Cargos Exercidos: Delegado Municipal, Distrital, de Especializadas em vários municípios dos Estados de Pernambuco e Paraíba, Coordenador de Polícia Civil na Paraíba, Coordenador da Assessoria de Planejamento, Segurança e Informação na Paraíba, Coordenador do Sistema Penitenciário daquele Estado;

Membro do Conselho Estadual Penitenciário da Paraíba;
Presidente da Associação dos Delegados da Paraíba;
Membro da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira-CONDEPOL/BR;
Participação em eventos nacionais: Participou de eventos alusivos a função que desempenha, nos seguintes Estados: São Paulo, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco e Brasília.
Trabalhos Acadêmicos Elaborados: Monografia, Gerenciamento de Crimes, Proposta para uma Doutrina, Cartilha Paz e Segurança.

Atuação no Magistério: Leciona as disciplinas, Investigação Policial no Estado de Direito e Gerenciamento de Crimes, com atuação na Academia de Polícia de Pernambuco e Investigação Policial na Academia de Polícia Civil da Paraíba.

Homenagens que lhe foram prestadas no Estado de Pernambuco: Voto de Aplausos da Câmara de Vereadores de Itambé; Título de Cidadão de Itambé; Título de Benemérito da Loja Maçônica Areópago de Itambé, Medalha Classe Ouro, outorgada pelo Governo Estadual de Pernambuco.

Eis aqui os dados principais de um profissional da mais alta categoria, prestando relevantes serviços ao nosso Estado. Dotado de qualidades e virtudes pessoais, tornou-se credor da admiração, respeito e amizade de todos os seus colegas e do público em geral, granjeando, dessa forma, com muita propriedade o presente Voto de Aplauso que lhe concede a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 16 de maio de 2006

Antônio Moraes Deputado
--

Requerimento Nº 3989/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignado na Ata dos Trabalhos Legislativos desta data, um **VOTO DE APLAUSO A TODOS OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, ONGS, SEUS INTEGRANTES E TODOS AQUELES QUE PROMOVEM O COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CUJA DATA DE CONSCIEN-TIZAÇÃO NACIONAL É 18 DE MAIO.**

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento:

ao **Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva**, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil; ao **Excelentíssimo Senhor Doutor Ananias Patrus**, Digníssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Esplanada dos Ministérios, Bloco ‘C’, 5º andar, CEP 70046-900; ao **Excelentíssimo Senhor Doutor Márcio Thomaz Bastos**, Digníssimo Ministro de Estado da Justiça, a Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, CEP 70064-900; ao **Excelentíssimo Senhor Doutor Agenor Álvares**, Digníssimo Ministro de Estado da Saúde, a Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ed. Sede, CEP 70064-900; a **Ilma. Sra. Maura Luciane C. Souza**, DD.Coordenadora Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS - a Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, CEP 70054-900; a **Ilma. Sra. Dra. Marie-Pierre Poirier**, DD. Representante da Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF no Brasil, a SEP/N 510, Bloco A, 2º andar, CEP 70750-521; a **Ilma. Sra. Graça Gadelha**, DD. Diretora do Programa Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco - POMMAR/USAID-PAIR, a SRTV/N, Conj. P Ed. Rádiocenter, Ala A, Sala 1065, CEP 70719-900; ao **Ilmo. Sr. Veet Vivarta**, AD. Secretário Executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI, na SDS, Ed. Boulevard Center, Bloco A, Sala 101, CEP 70391-900; todos em Brasília, DF; a **Ilma. Sra. Dra. Zilda Arns Neumann**, DD. Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, a Rua Jacarezinho, 1691, Bairro Mercês, CEP 80810-900, Curitiba - PR; ao **Excelentíssimo Senhor Doutor José Mendonça Filho**, Digníssimo Governador do Estado de Pernambuco; a **Exma Sra. Dra. Lygia Leite**, DD. Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Cidadania; a **Exma. Sra. Dra. Mirtes Cordeiro**, DD. Secretária Estadual de Justiça e Direitos Humanos; a **Ilma. Sra. Luciana Correia Pires**, DD. Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança - PE, a Rua Manoel Luis Ozório, 635, CEP 50740-650; a **Ilma. Sra. Marta Isabel de Andrade Almeida Eyre**, DD. Coordenadora da Pastoral da Criança na Arquidiocese Olinda e Recife, a Avenida Afonso Olindense, 1764, Várzea; a **Ilma. Sra. Gorete Linhares**, DD. Diretora Executiva da Auguba - Comunicação e Educação, a Rua 48, nº 668, Encruzilhada, CEP 52020-060; ao **Ilmo. Sr. Fábio Atanázio de Moares**, DD. Coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF - Recife, a Rua Henrique Dias, S/N, Ed. do IRH Térreo, Derby; a **Ilma. Sra. Ana Maria Pacheco de Vasconcelos**, DD. Diretora Presidente da Casa de Passagem, a Rua Capitão do Lima, 310, Santo Amaro; ao **Ilmo. Sr. Stuart Beechler**, DD. Coordenador do Projeto Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco - POMMAR/USAID-Recife, a Rua Cardeal Arcoverde, 142, Graças, CEP 52.011-240; todos em Recife; aos **Ilmos. Srs. DDs. Coordenadores dos Centros de Referência - Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Pernambuco: Marcelo Teles**, a Estrada dos Remédios, 2416, Madalena, Recife; **Daniela Pontes**, a Rua Professor José Cândido Pessoa, 743, Bairro Novo, Olinda; **Maria Cristiana dos Santos**, a Rua Padre Antônio Alves, 20, Centro, Cabo de Santo Agostinho; **Alzira Cristina Pereira de Assis**, a Casarão Jardim Paulista, 86, Jardim Paulista, Paulista; **Ilza Muniz Lopes**, a Av. Belmírio Correia, 410, Bairro Novo, Camaragibe; **Pablo César Azevedo de Lima**, a Rua Amaro Sena, 30, V. Maria Gaião, Igarassu; **Mônica Coelho da P. Bezerra**, a Rua José Marinho Alves, 284, Centro, Ipojuca; **Maria do Carmo Barbosa da Silva**, a Rua Genivaldo Buarque de Holanda, 744, Piedade, Jaboatão dos Guararapes; ao **Ilmo. Sr. José Fernando da Silva**, DD. Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, a Rua Rua 27 de Janeiro, 181, Carmo, CEP 53020.020, Olinda; a **Ilma. Sra. Sílvia Cordeiro**, DD. Coordenadora Geral do Centro das Mulheres do Cabo, a Rua Padre Antônio Alves, 20, Centro, Cep: 54500-000, Cabo de Santo Agostinho; ao **Ilmo. Sr. Prof. Jota Oliveira**, a Rua Francisco de Barros, 197, São Cristóvão; ao **Jornal A Cidade, na pessoa do Sr. Guaraci Baldi**, a Av. 29 de Dezembro, 530, 1º andar, Centro;ao **Jornal Desafio Gospel, na pessoa do Sr.**

Marcos Valério Dantas, a Rua Capitão Pedrosa, 440, São Cristóvão; a **Rádio Comunidade FM de Santa Cruz do Capibaribe, na pessoa do Sr. Silvío José**, a Rua 13 de Maio, 50, 3º andar, Sala 306, Centro; a **Rádio Vale do Capibaribe AM**, a Rua Maria Santina, 200, Lot. Polis Pacas, Bela Vista; ao **Jornal Página Livre, na pessoa do Sr. Marconi Silva**, a Avenida Cezário Aragão, 1289, Cruz Alta; todos em Santa Cruz do Capibaribe; a **A Folha de Nazaré, na pessoa do Sr. André Luiz Miranda**, na BR 104, Km 12, nº 50, Sala 105, Vila, Nazaré da Mata; a **Rádio Comunitária FM, na pessoa do Sr. Paulo Sobral**, a Av. João Manoel da Silva, 452 1º andar, Centro, Toritama; a **Rádio São Domingos, na pessoa do Sr. Fernando Amaral**, a Rua Francisco Xavier, 311, Distrito de São Domingos, Brejo da Madre de Deus; todos em Pernambuco.

Justificativa
<p><i>"O dia 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O objetivo do dia é mobilizar o governo e a sociedade para combater essa forma cruel de violação de direitos de meninas, meninos e jovens brasileiros. A violência sexual praticada em crianças e adolescentes pode manifestar-se de diversas formas, sendo as de maior ocorrência, o abuso sexual dentro da própria família e a exploração sexual para fins comerciais, como a prostituição, a pornografia e o tráfico. Todas as suas expressões constituem crime e são, sem dúvida, cruéis violações dos direitos humanos. As crianças e os adolescentes vulneráveis a esse tipo de violência sofrem danos irreparáveis para o seu desenvolvimento físico, psíquico, social e moral. Esses danos podem trazer conseqüências muito penosas para sua vida, como, por exemplo, o uso de drogas, a gravidez precoce indesejada, distúrbios de comportamento, condutas anti-sociais e infecções por doenças sexualmente transmissíveis. Grave como a violência é o muro de silêncio que cerca essa situação, construído pela indiferença da sociedade e pela cultura da impunidade dos agressores, o que se constitui em nova forma de violação às suas vítimas. Essa conjuntura vem sendo enfrentada, no Brasil, com seriedade, apesar do desafio que representa. Diversos setores da sociedade e do governo assumiram com coragem a determinação de dizer não à violência sexual praticada em crianças e adolescentes. Foi com esse propósito que o dia 18 de maio foi constituído pela Lei Federal no. 9.970 como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa data foi escolhida em razão do crime que comoveu toda a nação brasileira em 1972, o Caso Araceli Cabrera Sanches, em que uma menina de oito anos foi cruelmente assassinada após ter sido estuprada em Vitória, no Espírito Santo. A intenção é destacar a data para mobilizar e convocar toda a sociedade a participar dessa luta de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, pois ninguém está livre de ser atingido por essa situação. É preciso formar um consciência nacional para denunciar e romper com esse ciclo de violência e proteger meninas, meninos e adolescentes brasileiros."</i> Fonte: Unicef Brasil.</p>

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil foi incluído na agenda da sociedade civil como uma questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Como resposta às orientações contidas na Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres e Adolescentes para fins de Exploração Sexual, por iniciativa da Secretaria de Estado de Assistência Social – MAS, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – MJ, bem como da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID, em agosto de 2002 foi elaborado o programa "Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro" – PAIR.

Na área dos direitos da infância, está sendo realizado o Programa de Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco - POMMAR, implementado pela ONG norte-americana *Partners of the Americas* (Companheiros das Américas). O principal objetivo desta iniciativa é contribuir para a garantia de direitos das crianças e adolescentes que encontram-se totalmente desassistidos, principalmente os que vivem nas ruas, foram vítimas de abuso e exploração sexual, ingressaram no mundo do trabalho precocemente, perderam o vínculo familiar ou escolar.

Desenvolvido também em Salvador, Recife e Brasília, o Pommar mantém uma rede de organizações governamentais, não-governamentais e empresariais responsáveis por projetos de arte-educação, comunicação, saúde preventiva, treinamento para o mercado de trabalho e erradicação do trabalho infantil. As experiências apoiadas procuram caminhos inovadores para ampliar as oportunidades de inserção das populações jovens na sociedade de forma saudável e produtiva, sob a ética do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por tudo isso, formulamos um Voto de Aplauso, neste 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a todos os Órgãos Governamentais, ONGs, seus integrantes e demais parceiros que trabalham confrontando, obstinadamente, crimes hediondos contra os nossos jovens, promovendo meios de informação e prevenção, denúncia e devida punição aos covardes infratores.

Sala das Reuniões, em 17 de maio de 2006
<p>Antônio Figueirôa Deputado</p>

Requerimento N° 3990/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignado na Ata dos nossos trabalhos, um **VOTO DE APLAUSO** aos Defensores Públicos Estaduais pela passagem de mais um aniversário da sua instituição, no próximo dia 19/05.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Defensor Público Geral do Estado, Dr. **JOAQUIM FERNANDO GODOY BENÉ** e demais Defensores Públicos, no seguinte endereço: Defensoria Pública Estadual: Rua José de Alencar, 620 - Boa Vista CEP: 50070-030 Recife-PE.

Justificativa
<p>A presente proposição visa parabenizar os defensores públicos estaduais por mais um ano desenvolvendo suas atividades em nosso estado.</p> <p>Ressaltando ser a sua tarefa de grande relevância para a população carente, o Defensor Público que tem como atribuições a de promover judicial e extrajudicialmente a defesa dos interesses pessoais, sociais e patrimoniais das pessoas pobres, exercer a defesa da criança e do adolescente, assegurar o exercício dos direitos e garantias individuais atuando junto aos juizados especiais cíveis e criminais na defesa dos interesses das pessoas carentes e economicamente desfavorecidas, dentre outras atribuições, é ele quem contribui sobremaneira para encontrar mecanismos necessários para prevenção e combate à violência.</p> <p>Pelo exposto solicitamos aos ilustres pares a aprovação da presente proposição.</p>
Sala das Reuniões, em 16 de maio de 2006
Betinho Gomes Deputado

Requerimento N° 3991/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizada uma **Audiência Pública** no âmbito da Comissão de Defesa da Cidadania desta Casa, em uma data a ser definida pela citada Comissão, para tratar dos novos critérios estabelecidos para a telefonia fixa pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, evento que deverá contar com a participação de representantes da TELEMAR, ANATEL, PROCON – PE, PROCON - Recife, Promotoria da Cidadania do Ministério Publico de Pernambuco e Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor – ADECON - PE.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. João Paulo de Lima e Silva, Prefeito do Recife, ao Sr. George Braga, Presidente do PCdoB/Recife, na Rua Bispo Cardoso Aires, 84, Boa Vista, CEP: 50050-100, a Exma. Sra. Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Prefeita de Olinda - PE.

Justificativa
<p>A presente preposição objetiva requerer a realização uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa da Cidadania, para discutir as questões relacionadas aos novos critérios estabelecidos pela ANATEL para telefonia fixa.</p> <p>O denominado “Plano Alternativo” do Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade local – STFC, estabelecido pela Anatel, é pós pago e de oferta obrigatória. O plano determina novas condições para a prestação do serviço e reformula o modo de tarifação, merecendo por parte dos órgãos e entidades envolvidas com a defesa dos direitos do consumidor e das prestadoras do serviço de telefonia maiores esclarecimentos sobre as novas mudanças.</p> <p>A telefonia fixa é um serviço público essencial e, como tal, deve ser fornecido de forma adequada, eficiente, seguro e contínuo e em conformidade com as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor. Por ser um serviço essencial, é direito de todos os cidadãos utilizar-lo, independentemente de classe social, poder econômico ou localidade em que se encontre.</p> <p>Como se não bastasse a exigência da assinatura mensal, cuja legalidade é fortemente contestada por se caracterizar uma cobrança indevida, a ANATEL cria novos critérios para o sistema de telefonia, que a princípio não se vislumbra nenhuma vantagem para o usuário desse serviço.</p> <p>Portanto, jugo oportuna realização de uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa da Cidadania, com a participação de órgãos públicos e entidades civis de defesa do consumidor, para aprofundar a discussão acerca do tema, a fim de dirimir dúvidas e controvérsias relacionadas ao novo modelo de telefonia fixa, no qual o usuário é obrigado a migrar do sistema de pulso para a compra antecipada de minutos.</p> <p>Tendo em vista a sua relevância e alcance social, conclamamos aos Ilustres Parlamentares que compõem esta Casa Legislativa pela aprovação da presente proposição.</p>
Sala das Reuniões, em 17 de maio de 2006
Nelson Pereira Deputado

Requerimento N° 3992/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Aplauso ao Ministro JOSÉ AUGUSTO DELGADO – SAFS – Quadra 06 – Lote I – Trecho III – Brasília/DF – 70095-900, pela sua posse na Academia Brasileira de Letras Jurídicas, ocorrida no dia 15 do corrente mês.

Da decisão desta Casa, dê-se ciência ao Presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Dr. JOSÉ MARIA OTHON SIDOU – Rua Xavier da Silveira, 95 – 7º Andar – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22061-010 e ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, Ministro RAFAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO – SAF Sul – Quadra 06 – Lote I – Trecho III – Brasília/DF – CEP: 70095-900.

Justificativa
<p>A convite da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, compareci, com autorização da Casa de Joaquim Nabuco, à posse do Ministro JOSÉ AUGUSTO DELGADO na cadeira 19 daquela entidade, em solenidade realizada no dia 15 último.</p> <p>Conheci e convivi com José Delgado aqui no Recife, quando Juiz da 5ª Vara do Tribunal Regional Federal. Sua origem é o Rio Grande do Norte e por iniciativa minha, o tornei cidadão de Pernambuco, com aprovação unânime desta Assembléia.</p> <p>Compareci ao evento e pude testemunhar o apreço da classe jurídica deste país pelo ilustre homenageado: o auditório estava lotado de Ministros, Desembargadores, Juizes, Advogados, amigos e familiares, com a liderança da esposa, D. MARIA JOSÉ COSTA DELGADO.</p> <p>No dizer de todos os que privam do seu convívio e conhecimento, é patente a sua comparação ao grande SEABRA FAGUNDES, num testemunho inequívoco de que o Nordeste é viável pela inteligência e destaque dos seus próprios filhos.</p> <p>Ocupar uma cadeira na Academia do saber jurídico brasileiro, não é obra do acaso, mas sim de uma vida devotada ao estudo como uma condição moral. O saber, a qualificação é para JOSÉ DELGADO um sacerdotício que o mantém vivo e feliz.</p> <p>O mundo jurídico pernambucano pode se dizer felizardo, por ter privado do convívio e da sabedoria do agora acadêmico, quando aqui militou como juiz, como professor, como um amigo cujo convívio era uma elevação do espírito, um aprimoramento humano.</p>

Uma das últimas facetas jurídicas, foi a publicação pela Editora Forense, em dois volumes, da coleção COMENTÁRIOS ao novo texto do Código Civil Brasileiro, o qual interpretou com precisão, os artigos 757 e 853, cuja acolhida, pelo mundo jurídico, dá o tom de sua aceitação entre os mais respeitados juristas nacionais.

Outra área de grande prestígio é no campo do Direito Tributário, onde seu pensar faz escola, inclusive na Corte de Justiça da Federação.

Há 11 anos é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, onde chegou a membro da Egrégia Corte Especial, órgão de cúpula da ilustre Casa.

Esta é a 9ª (nona) instituição acadêmica que o recebe como membro. A penúltima foi a Academia Brasileira de Direito Tributário. No momento em que a vida brasileira necessita de estudos dos seus problemas, na perspectiva das soluções para o bem estar social e econômico, o preparo de JOSÉ DELGADO é de uma importância como luz de brilho consolidado.

Diante do exposto e da inequívoca celebridade que o pernambucano JOSÉ AUGUSTO DELGADO encarna, sinto-me por demais estimulado a requerer desta Casa, um Voto de Aplauso com muito orgulho e justiça.

Sala das Reuniões, em 17 de maio de 2006
<p>Geraldo Coelho Deputado</p>

Requerimento N° 3993/2006

Requeremos à Mesa, após ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado um **Voto de Congratulações** para com o povo de Caruaru pela passagem do **aniversário de 149 anos da Capital do Agreste**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito de Caruaru, Antônio Geraldo Rodrigues; ao Presidente da Câmara municipal de Caruaru, Vereador Leonardo Chaves, extensivo ao todos os Vereadores de Caruaru; ao Secretário Extraordinário de Articulação de Caruaru, Dr. Braga Sá; ao Bispo Diocesano de Caruaru, Dom Bernardino Marchiô na Diocese de Caruaru; aos Clubes de Serviços de Caruaru.

Justificativa
<p>Não poderia deixar de registrar no Plenário da Casa de Joaquim Nabuco o aniversário da minha cidade natal que completará 149 anos amanhã, dia 18 de maio. CARUARU está em festa desde o último dia 12, quando a Prefeitura Municipal deu início a uma série de eventos comemorativos a esta data tão significativa para os caruaruenses.</p> <p>Já tivemos diversos eventos culturais e esportivos, alguns shows musicais já foram apresentados, bem como foram entregues à população três escolas municipais devidamente reformadas e ampliadas, nos bairros do Cedro, Indianópolis e Santa Rosa. Tivemos no último dia 15 a apresentação pelo Prefeito Tony Gel de uma Comissão Especial composta por 25 pessoas representantes de diversas entidades de classe e que fazem parte da história da cidade, os quais apresentarão sugestões para a organização dos festejos do sesquicentenário a ser comemorado em 2007, quando a Capital do Agreste completará 150 anos. Foi, ainda, lançado oficialmente ontem, dia 16, o projeto executivo do “Maior e Melhor São João do Mundo”, que ocorrerá de 03 de junho a 1º de julho.</p> <p>Hoje à noite haverá na Praça da Conceição a apresentação dos cantores Tião Cavalcante e Neemias, enquanto no Teatro do Sesc será exibido o documentário “Paixão de Cinema, Vida e Obra de Fernando Spencer”, um dos ícones do cinema no nosso Estado. A partir das 22 horas será realizado o 3º Forró da Rede, que é promovido pela Rede Feminina de Combate ao Câncer, no Clube Intermunicipal.</p>

As comemorações de amanhã iniciarão às 8 horas, no Marco Zero, com apresentações da Banda Municipal, da Banda Nova Euterpe e Banda Comercial, que tocarão o Hino de Caruaru e o Hino Nacional. Haverá uma exposição dos melhores desenhos de alunos das escolas públicas que se inscreveram no concurso “Caruaru, a cidade que amo” que foi promovido pela Secretaria Municipal de Educação; também haverá a mostra das fotografia de júlio Lino intitulada “Caruaru do Antes e Depois”. As 14 horas Caruaru em peso estará na concentração para participar da 3ª Caminhada pela Vida, promovida pelo Instituto de Câncer Infantil de Caruaru. Além do tradicional bolo de aniversário, a população poderá ainda participar de um Culto Inter-Religioso que será celebrado por líderes das Igrejas Católica e Evangélica, bem como por representantes das religiões Espírita, Budista e Hare Krishna. À noite será lançado o CD de Azulão no Kuxitux’s Bar, além de outros eventos culturais.

Nossa Caruaru, que alguns chamam de Capital do Forró ou Capital do Agreste, ou ainda, Terra de Vitalino, Princesinha do Agreste ou mesmo Terra dos Condés, é hoje o maior centro econômico da Região Agreste do Estado, sendo um pólo de convergência de diversas cidades, tendo em vista sermos o maior centro industrial, comercial, educacional, cultural e de saúde. Caruaru teve o seu crescimento e desenvolvimento acelerados sobremaneira com a gestão empreendedora do Prefeito Tony Gel, com o apoio do Governo Estado, que atraiu novos investimentos para o município através de diversos incentivos, e com a duplicação da BR 232, houve o impulso definitivo para a instalação de empresas dos mais variados segmentos, bem como houve um avanço para a formação de mão-de-obra qualificada através dos cursos superiores oferecidos pela Universidade de Pernambuco e pela Universidade Federal de Pernambuco, bem como através de outras instituições de ensino superior privadas.

No próximo ano, na comemoração dos 150 anos de Caruaru, com certeza estaremos comemorando muitas outras conquistas, que são merecidas pela população caruaruense. Parabéns Caruaru!!

Sala das Reuniões, em 17 de maio de 2006
<p>Roberto Liberato Deputado</p>

Portarias

PORTARIA N° 384

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 002/2006, do Deputado Raul Henry,
RESOLVE: alterar a gratificação de Representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo a 1º de abril do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
JOSÉ MARIA COSTA JÚNIOR	Assessor Especial/ PL-ASC	60%	120%
LUCIANA MARIA GALVÃO GUEDES ALCOFORADO	Assessor Especial/ PL-ASC	23%	120%
Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 17 de maio de 2006.			
Deputado JOÃO NEGROMONTE	Primeiro Secretário		

PORTARIA N° 158

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Requerimento funcional nº 454946/2006,
RESOLVE: fazer retornar a pedido, o servidor **JOSIMÁRCIO DE SOUSA LEAL**, matrícula nº 1582, da Prefeitura de Surubim.

Sala Austro Costa, 17 de maio de 2006
<p>EVA MARIA DE ANDRADE LIMA Superintendente Geral</p>